

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.927 - IT (2019/0271085-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : CORTE DE APELAÇÃO DE ROMA
INTERES. : R A S P
PARTE : A S
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça italiana solicita que a parte interessada seja citada de homologação de decisão estrangeira de reconhecimento de paternidade e intimada para que compareça a **audiência agendada para o dia 27/2/2020** (fls. 28-29).

O Ministério Público Federal indica endereço para localização da parte interessada e opina pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade da data designada pela Justiça estrangeira para a audiência (fl. 57).

É o relatório. Decido.

Merece acolhida a manifestação ministerial, de que deve ser aplicado ao caso o § 1º do art. 216-Q do RISTJ, que autoriza a concessão da ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional".

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis**.

Cumpra-se a diligência em 30 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

